

APRESENTAÇÃO

Μαντεύομαι, ἔφη, σκοπεῖσθαί σε εἴτε παραδεξόμεθα
τραγωδίαν τε καὶ κωμωδίαν εἰς τὴν πόλιν, εἴτε καὶ οὔ.
Ἴσως, ἦν δ' ἐγώ, ἴσως δὲ καὶ πλείω ἔτι τούτων· οὐ γὰρ
δὴ ἔγωγέ πω οἶδα, ἀλλ' ὅπη ἂν ὁ λόγος ὥσπερ πνεῦμα
φέρη, ταύτη ἰτέον.
Platão. *República*, 394d5-9.

Ao analisar a questão da *léxis* no Livro III da *República*, o Sócrates platônico classificará as narrativas (*diégeseis*) em três espécies: a *mimética* – ilustrada com a comédia e a tragédia –, a *simples* – aquela sem nenhuma *mimesis* e exemplificada pelo ditirambo –, e a *mista* – aquela em que estão mescladas a *mimesis* e a “*haplê diégesis*” –, usada na composição da epopeia e de muitos outros gêneros. Esta classificação parece ter como fundo hermenêutico a determinação do escopo da atividade dos poetas no âmbito da *pólis* que está sendo fabricada por Sócrates e seus interlocutores: afinal, quais as espécies de narrativa que serão utilizadas pelos poetas no processo de educação do guardião desta *pólis*? Permitir-se-á a composição de “*narrativas miméticas*”? Quais de cada espécie devem ser “imitadas”? Ou não se deve “imitar” nada?

Ora, a conclusão de Adimanto, implicando a efetiva decisão acerca do acolhimento, ou não, da tragédia e da comédia na *pólis* fabricada no diálogo, possibilita que Sócrates, mostrando sua aparente ‘hesitação’ e buscando alargar sua reflexão através de uma forte metáfora marinha, afirme que ele não sabe ao certo se assim será e que eles precisam “navegar” um pouco mais, deixando que o *lógos*, tal como um *pneúma*, os conduza, pois, para onde o *lógos* os levar é para lá que eles devem ir!

Se admitirmos, então, que as dimensões deste trajeto têm implicações vultuosas e que uma delas abarca a configuração de uma “*tékhnē tōn lōgon*”, de uma ‘arte dos discursos’, poderíamos pensar que a temática do III Colóquio PRAGMA-CECH: *As Artes do Discurso* está incluída neste percurso já previsto pelo Sócrates platônico como uma atividade dialógica.

Foi assim que, entre os dias 8 e 11 de setembro de 2015, realizou-se, em Tiradentes, no Campus Cultural da UFMG, com o apoio da FAPERJ e

da CAPES, o *III Colóquio PRAGMA-CECH*, dando sequência aos trabalhos previstos e àqueles já realizados no contexto do Acordo de Cooperação Acadêmica e Intercâmbio Técnico, celebrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com a Universidade de Coimbra, no âmbito do Termo Aditivo PRAGMA-CECH, assinado em 2011, pelos dois grupos de pesquisa. E, dentre os objetivos gerais ali previstos, além do trabalho conjunto de análise e produção para a Língua Portuguesa de textos gregos e latinos antigos, estruturou-se também um programa conjunto de pesquisas envolvendo o estudo das relações entre os diferentes discursos surgidos na Antiguidade Clássica, não só no que diz respeito à sua diversidade, mas, também, na sua reciprocidade e no âmbito dos instrumentos e objetos conceituais que lhe são próprios, o que implicou dois adendos a esse programa de pesquisa que delimitaram, por um lado, uma investigação acerca da recepção da Tradição Clássica no Brasil e em Portugal, demarcando elementos comuns e formadores nos dois contextos culturais, e, por outro, a elaboração de instrumentos de pesquisa visando o alargamento e discussões em torno da herança clássica em Língua Portuguesa.

Os primeiros resultados dessa parceria foram publicizados, em setembro de 2012, com a realização, no IFCS da UFRJ, Rio de Janeiro, do *I Colóquio PRAGMA-CECH*, dedicado ao tema – *Politeia e Utopia no Pensamento Antigo* –, com a participação de pesquisadores do CECH e do PRAGMA, bem como foi publicada parte dos trabalhos apresentados neste Colóquio na revista *Kléos*, v. 16-17, 2012-2013; ambos com o apoio da FAPERJ e da CAPES.

Em maio de 2013, foi realizado, na FLUC da UC, em Coimbra, o *II Colóquio PRAGMA-CECH: A Recepção dos Clássicos em Portugal e no Brasil*, também com a participação de pesquisadores dos dois núcleos de pesquisa. Os trabalhos então apresentados foram publicados pela Imprensa da Universidade de Coimbra, no volume *A recepção dos clássicos em Portugal e no Brasil*, coordenado pelas professoras Maria de Fátima Silva e Maria das Graças de Moraes Augusto, em 2015.

Nessa perspectiva dialógica é preciso que salientemos também que, na terceira versão de nossos Colóquios, a colaboração com o Campus Cultural da UFMG em Tiradentes e com o NEAM – Núcleo de Estudos Antigos e Medieval da FALE da UFMG –, através dos professores Jacyntho Lins Brandão e Olimar Flores Júnior, trouxe importante contribuição ao

nosso campo de investigação, uma vez que “as artes do discurso” não ficaram restritas ao conjunto das discussões relativas ao mundo antigo, mas, em um efetivo cenário dos séculos XVIII-XIX, deu voz às diferentes recepções que o tema assume na presença da tradição clássica nos séculos XVI ao XX, alargando a perspectiva de colaboração entre os três grupos de pesquisa.

No que tange à Antiguidade Clássica, “as artes do discurso” foram estudadas em alguns eixos dialógicos importantes. O primeiro desses estudos diz respeito a um tema extremamente singular no contexto dos gêneros do *lógos*: a anedota filosófica, tal como instituída no *corpus* cínico. É sob essa ótica que Olimar Flores Júnior abre as discussões deste volume de *Kléos*, refletindo, de modo sofisticado e inaugural, sob a tradição repertorial de anedotas na qual nos foi transmitida a filosofia cínica, não como um gênero “menor”, mas, ao contrário, como uma forma de discurso que é condicional e determinante na constituição de um pensamento e de toda uma tradição filosófica.

Após uma análise esclarecedora acerca da história e dos usos do termo ‘anedota’, o autor buscará demonstrar que, se a anedota é o “registro verbal de uma ação”, a mensagem filosófica nela contida, estão mutuamente imbricadas e justificadas. O ‘discurso cínico’, salienta Flores Júnior, não só subverte a noção de anedota, mas dá a ela uma dimensão inovadora.

É, pois, em vista dessas premissas que o célebre episódio narrado por Diógenes Laércio acerca de Diógenes de Sínope – que, ao ver uma criança bebendo água com as mãos, tirou a caneca de sua sacola e jogou fora, reconhecendo que o menino o havia superado em simplicidade – será analisado pelo autor como um “estudo de caso” onde destacará dois aspectos vitais da narrativa: [i] o modo como a forma de um discurso determina e condiciona a constituição de um pensamento e de uma tradição filosófica, buscando evidenciar que a compreensão do Cinismo depende, simultaneamente, de duas características, aparentemente contraditórias de uma anedota, a sua “concisão histórica máxima” e a sua “expansibilidade literária; e [ii] o modo no qual se constitui a percepção do cinismo antigo como expressão de um “naturalismo filosófico” radical.

O segundo eixo dialógico nos traz uma interlocução central no contexto do pensamento grego antigo: as relações entre a poesia cômica, a poesia trágica e a filosofia.

Nesse sentido, Maria de Fátima Silva nos apresenta a reflexão de Aristófanes – seja como crítico e teórico do teatro, seja como poeta exercendo o seu labor – acerca do riso como base da poesia cômica, suas formas e modalidades técnicas, seus elos com a tradição, a partir da qual constrói o “gênero cômico”, que, espelhando uma arte madura e consolidada, faz da “sátira política” um recurso capaz de refletir e compreender as diferentes instâncias da vida da *pólis*.

Este enfoque – acerca da construção de um gênero do *lógos* e de suas implicações no contexto da cidade – será também abordado, sob a ótica da construção da filosofia como um gênero do *lógos*, por Maria das Graças de Moraes Augusto em sua análise da noção de “*gelóton*”, no contexto do Livro V da *República* de Platão, onde os vínculos entre a poesia cômica de Aristófanes e a fabricação com o *lógos* de uma *pólis* e de sua consonante *politeía*, tal como aquela que é empreendida por Sócrates e seus interlocutores, são mostrados como elementos necessários à construção do argumento do filósofo.

Entretanto, o enfoque cômico não esgota o contexto acerca da “narrativa mimética”, pois, sendo a poesia trágica a segunda espécie desta narrativa, será preciso, também, abordá-la no contexto das “artes do discurso”.

É assim que Luisa Buarque procura mostrar como Aristóteles – apesar de não ter explicitado, na *Poética*, nos sentidos atribuídos aos adjetivos *tragikós* e *trago(i)dós*, nada que nos permitisse falar de uma “visão de mundo” associada à tragédia como gênero do *lógos* –, compreendendo a poesia trágica como “imitação de ações”, abrirá caminho, à luz da teoria da ação exposta na *Ética a Nicômaco* e da rejeição aristotélica ao determinismo, tal como aparece no capítulo IX, do *Da Interpretação*, para a demonstração de sua ousada tese: a da possibilidade de encontrarmos na reflexão aristotélica uma concepção do trágico na base de sua compreensão acerca da ação, da temporalidade e da existência humana que, mesmo sendo “fictícia”, seria “verossimilmente” aristotélica.

O terceiro eixo dialógico diz respeito tanto à herança do ‘*lógos* socrático’ nas obras de seu discípulo mais extremo, Platão, quanto às variantes discursivas no contexto dos diálogos platônicos e de sua influência na história da Filosofia.

Uma primeira análise, elaborada por Jacyntho Lins Brandão,

procura mostrar, a partir da expressão “pregar a convertidos” (*preaching to the converted*) – utilizada por John Stuart Mill em *An examination of Sir W. Hamilton’s Philosophy* para referir-se a uma modalidade ‘inusitada’ de persuasão, aquela em que se diz estar pregando não somente a uma pessoa já convertida, mas a um autêntico missionário da mesma doutrina –, que a *Apologia de Sócrates*, escrita por Platão, embora pudesse ser vista como um *lógos dikanikós*, tal como nos é dado na classificação do discurso retórico elaborada por Aristóteles, é, na verdade, um *lógos epideiktikós* que, “no conjunto, funciona como um hábil elogio de Sócrates, habilmente posto por Platão na boca do próprio Sócrates” (p. 149).

Desse modo, é assim que o autor assimila a citação de Stuart Mill, demonstrando que a “persuasão” remissiva do texto platônico diz respeito aos “filósofos” e à filosofia: “os destinatários, se não exclusivos, pelo menos preferenciais das obras de Platão seriam os frequentadores da Academia e de que seria para eles que Platão escrevia seus diálogos socráticos” (p. 144).

Na sequência reflexiva acerca da função discursiva da persuasão, Adriano Machado Ribeiro deter-se-á na primeira parte do *Górgias* de Platão e na figura do retórico aí tecida por Platão como um “professor cuja *tékhnē* tem por finalidade persuadir a multidão. A discussão proposta por Ribeiro procura responder a questão: é possível que uma “*tékhnē* retórica”, tal como aquela apreçoada pelo sofista Górgias, no diálogo homônimo, seja produzida no âmbito do *rhétor* ateniense e de seus vínculos com as instituições políticas de Atenas?

Analisando a questão, e com argumentos bem articulados, o autor demonstrará que a construção platônica não se adequa à ‘pedagogia gorgiana’ que pode ser inferida dos textos que nos chegaram, pois eles “devem ser compreendidos na especificidade de sua função, prospectivos para uma apresentação oral, mas escritos” (p. 174), donde a conclusão de que seu uso pedagógico funciona como mimetização de uma situação específica, cujo fim precípua é sua reutilização em outras ocorrências nas quais seus argumentos possam ser rerepresentados. O modelo daí resultante implica, segundo Ribeiro, que ele seja “compacto para ser mais facilmente memorizável”, destacando-se aí o elemento lúdico como função educativa, o que não só contraria, mas contrasta com o *Górgias* platônico, cuja arte teria um emprego funcionalmente centrado na dominação política.

Mas a incidência do tema da persuasão nos diálogos platônicos será, também, analisada por Admar Costa no âmbito das relações entre a medicina, a retórica e a dialética no *Fedro*, onde o autor procura mostrar que, no referido diálogo, a persuasão é vista por Platão como o efeito pretendido por “todo discurso”. Será, então, sob esta ótica, e afirmando que “a medicina e a filosofia operam no domínio da arte ou da ciência” (p. 193), que o autor admitirá que a retórica, mesmo tendo sido rebaixada deste estatuto, oferecerá a oportunidade para que, da comparação e do confronto entre três modelos de *tékhnē* – a do médico, a do filósofo e a do retórico –, seja possível aferir as consequências daí advindas para essas três espécies de “conhecimento”.

Entretanto, a questão da *tékhnē* no pensamento platônico não estará encerrada com os temas que a relacionam com a persuasão. É, em uma outra dimensão – que, todavia não se desconecta das análises anteriores –, que Marcelo Pimenta Marques analisará a divisão das *tékhnai* apresentada no *Filebo* em três momentos – os passos 55c-56a, 56b-57d, 57e-59d – que sistematizam e legitimam sua função no movimento argumentativo do diálogo: o contexto da contraposição e da aproximação entre *hedoné* e *phronésis*, “prazer e reflexão”, tendo em vista a vida feliz.

Nesse sentido, a discussão proposta por Marques partirá da reflexão sobre as condições da mistura que deve ser a vida boa, tendo como parâmetro dessa análise os critérios que nos permitem determinar o “valor dos valores”, agrupados em torno do “prazer e da reflexão”, dos prazeres em suas diferenças, e da inteligência (enquanto *tékhnē* dos discursos) em suas também múltiplas modalidades. Posto isto, é preciso fechar o terceiro eixo dialógico com duas reflexões sobre a herança e tradição platônicas no âmbito da história da filosofia que serão abordadas seja na ótica da herança do pensamento platônico no contexto do mundo antigo, seja na tradição neoplatônica e sua presença na filosofia do século XVII.

O primeiro texto, de Alice Bitencourt Haddad, procura mostrar como o *Teeteto*, o diálogo platônico no qual se busca a definição de *epistémē*, teve influência essencial na “consolidação do pensamento e dos escritos céticos”. Para tal, a autora pautar-se-á no “argumento do louco, do bêbado e do dormente” – apresentado por Sócrates em *Teeteto*, 158b-e –, para refutar a tese de Protágoras que define a *epistémē* como *aísthesis* (percepção), para

demonstrar como este argumento está presente no ceticismo acadêmico, exposto por Cícero nos *Acadêmicas*, e no ceticismo pirrônico apresentado por Sexto Empírico nas *Hipotíposes*.

Todavia, a permanência do pensamento platônico na tradição filosófica será, também, analisada por Ulysses Pinheiro, na *Ética* de Spinoza que, apesar de toda uma tradição hermenêutica – estabelecida, sobretudo, a partir do século XX –, marcada “pela vigilância atenta contra qualquer tipo de leitura ‘platonizante’ de suas ideias”, examinará de modo acurado e com uma articulação bem estruturada, pela via do neoplatonismo, não só como elementos platônicos permanecem na obra spinozana da maturidade, mas como eles “desempenham um papel central em sua compreensão” (p. 232).

E, para demonstrar sua tese, Pinheiro valer-se-á de duas estratégias: as leituras e a correspondência de Spinoza. Dessas leituras, o autor nos trará à reflexão o livro *Diálogos de Amor*, do filósofo judeu-português Leão Hebreu, obra especialmente conhecida nos séculos XVI e XVII, cujos temas e influências neoplatônicas serão rastreadas, principalmente, na correspondência de Spinoza com Henri Oldenbourg, de modo a demonstrar não só a presença dos temas platônicos de Leão Hebreu presentes na *Ética* de Spinoza, mas para concluir que eles “não são menções marginais, mas condição da inteligibilidade do texto como um todo” (p. 232).

Ora, se tomarmos o gênero epistolográfico como um “modo de expressão filosófica”¹, tal como abordado por Ulysses Pinheiro, e com tal perspectiva retornarmos à Antiguidade Clássica, veremos que a epistolografia foi um gênero cultivado pelos filósofos antigos, e que, na verdade, constitui o nosso quarto eixo dialógico.

Sob essa ótica, Markus Figueira da Silva nos trará uma análise das *Cartas, Máximas e Sentenças* de Epicuro, na qual a epistolografia se expressa como um gênero do *lógos* atrelado à ‘ação do filósofo’, pois ela comporta uma relação entre autor e destinatários que possibilita que estes tenham “presentes na memória”, os “elementos fundamentais de todo o sistema”, facilitando assim uma compreensão de todo o conjunto do sistema epicúreo.

A análise proposta por Silva alarga a questão do gênero epistolo-

¹ A expressão é de Markus Figueira da Silva (p. 252), para explicitar a escolha epicúrea pelo gênero epistolográfico como forma de exposição e consolidação de seu pensamento filosófico.

gráfico até ao estilo aforismático, contido nas *Máximas*, *Sentenças* e nas *Cartas*, de tal modo que sua compreensão possibilitará o reconhecimento de que ambos os estilos analisados remetem à estreita tessitura entre o gênero e a filosofia, daí sua enfática conclusão de que a escolha literária e filosófica de Epicuro pressupõe “pensamento elementar (*stoikheion*) ou corpuscular, para o qual cabe [...] a metáfora ‘atomização do pensamento’ ”(p. 248).

E, assim, chegamos finalmente ao momento em que “As artes do discurso” serão vistas a partir da recepção da Antiguidade Clássica, no Renascimento e nos séculos seguintes, compondo, desse modo, o quinto eixo dialógico deste volume de *Kléos*.

Em uma primeira abordagem, teremos a análise das gramáticas de ensino do grego em Portugal, apresentadas por Carlos Morais, que, lembrando a importância do aveirense Aires Barbosa na introdução dos estudos helênicos não só em Portugal – onde foi titular de uma cadeira de grego, a convite de D. João II, vindo a ser mestre do futuro rei D. Henrique –, mas, também, em toda a Península Ibérica, pois, entre 1495-1523, foi, igualmente, titular de uma cadeira de grego, na Espanha, fará uma retrospectiva analítica das gramáticas que, na sequência do ensino de Aires Barbosa, foram utilizadas em Portugal entre os séculos XVI e XIX.

A primeira delas, as *Institutiones in Linguam Graecam*, de Clenardo, que teve, juntamente com seu complemento as *Meditationes Graecanae*, quatro edições – de 1530, 1531, 1595 e 1608 –, que serão analisadas por Morais, na ótica de sua influência na base dos epítomes *ex Clenardo, in usum tyronum*, que os Jesuítas portugueses compuseram para o ensino nos seus colégios – pedagogicamente inovadores, pela preocupação constante de ajustar o conteúdo às necessidades letivas – e que foram publicados entre 1594 até o início do século XVIII.

Mas, com a expulsão dos jesuítas pelo Marques de Pombal e sua proposta de uma reforma do ensino secundário, Morais nos fará uma minuciosa análise do processo em que João Jacinto de Magalhães conformará a segunda dessas gramáticas, o *Novo Epítome da Grammatica Grega de Porto-Real composto na Língua Portuguesa para uso das Novas Escolas de Portugal*, composta a partir da tradução, com correções, adaptações e aditamentos dos compêndios de C. Lancelot, *Nouvelle Méthode pour apprendre facilement la Langue Grecque* e o *Nouvelle abrégé de la grammaire grecque*, de N. Furgault,

sublinhando a preocupação pedagógica de Magalhães para que o ensino do grego fosse feito “com agrado e não se intimide os alunos com as dificuldades da língua, porque, em boa verdade, elas são muito poucas, quando o método é bom” (p. 281).

A presença dos estudos clássicos em Portugal será, também, revista a partir da retomada dos estudos acerca da *Ratio Studiorum*, proposta por Margarida Miranda, que busca mostrar como ela contribuiu para a emergência da ciência moderna através do que será chamado por ela de “ciência filosófica” jesuítica.

Nesse sentido, Miranda nos propõe não só a revisão, mas a refutação das teses da “historiografia dominante” que afirma ter sido a expulsão dos jesuítas um “ato de europeização da cultura e de modernização de um país mergulhado em trevas”. E, para compor sua argumentação, retomará a História da Ciência em Portugal para demonstrar como os jesuítas e seus Colégios foram a “porta de entrada das novidades galileanas” e, ainda, que seu ensino científico, fundado na *Ratio Studiorum*, que, sob o ângulo epistemológico nela contido, sobretudo no que diz respeito ao estudo da natureza, favoreceu a coalescência entre escolástica e humanismo, abrindo caminho para um “plano de estudos” que “desenhava um edifício epistemológico assente sobre a unidade do saber”.

Entretanto, a presença das “Artes do Discurso” não se esgota no quadro constitutivo da tradição filosófica e em sua receptividade no pensamentos português e brasileiro entre os séculos XV-XIX, mas ela vai ganhar uma amplitude que caracterizará os novos enfoques que revê essas tradições ao longo do século XX e seu alargamento em uma *koionia* “globalizada”, que provocará alterações radicais a partir da segunda metade do século passado e que segue, aprofundada, nestas duas décadas em curso do século XXI.

É assim que, fechando o conjunto dos textos apresentados no III Colóquio PRAGMA-CECH, teremos a necessária e oportuna reflexão de Michael Chase, que, retomando a platônica tese de Pierre Hadot de que a ‘filosofia é um modo de vida’ – não podendo ser reduzida a um “mero discurso”, nem à elaboração de complexos sistemas metafísicos –, e que, tal como pensada na Antiguidade, como uma série de “exercícios espirituais” que têm por objetivo transformar nossa ‘visão de mundo’, proporá que nos

seja possível inverter a perspectiva individualista contemporânea para uma perspectiva universal, na qual passado, presente e futuro são simultâneos.

E, comparando a antiga noção de “exercícios espirituais” com alguns correspondentes modernos, encontrados, segundo Chase, nos pensamentos de Pavel Florensky, Vladimir Vernadsky, Edward Said e Sílvio Tagliagambe, irá demonstrar que a ‘interdisciplinaridade’ – um tema cadente da reflexão filosófica contemporânea – pode ser pensada como “modo de vida”.

Visto sob essa ótica, o *lógos* parece nos ter levado ao reconhecimento da importância do tema de nosso colóquio, que pode ser medida não apenas por sua função específica na conformação do pensamento antigo, mas, também, por sua presença marcante na reflexão em que esta tradição se conforma no âmbito da tradição discursiva ocidental e de sua interlocução com gêneros da Antiguidade Clássica; resultando dessa abordagem o seu valor interdisciplinar intrínseco, e, ainda, um escopo reflexivo com necessidades específicas, próprias ao contexto dos Estudos Clássicos, que mescla as exigências do conhecimento filológico com o rigor da reflexão filosófica, da crítica literária e da construção historiográfica.

Em consequência, os textos que ora trazemos a público, apresentados e discutidos ao longo de quatro dias de setembro, em 2015, quando o PRAGMA e o CECH estiveram reunidos em Tiradentes, sob o apoio do Campus Cultural da UFMG e do NEAM da UFMG, possibilitou que os “caminhos do *lógos*” fossem pensados em seus diferentes meandros, onde a ‘cidade antiga’ – aqui experimentada na presença dos clássicos, na cidade de Tiradentes –, como espaço natural de sua conformação, fosse também cenário manifesto dos “caminhos do *lógos*”.

Por fim, faz-se necessário agradecer e sublinhar o apoio do PP-GLM - Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica da UFRJ e de seu coordenador, Professor Rodrigo Guerizoli, bem como à Gráfica da UFRJ e a seus funcionários, na impressão deste volume de Kléos.

Rio de Janeiro, julho de 2015.

Maria de Fátima Silva
Maria das Graças de Moraes Augusto